CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Lei Municipal nº 1378/94

Alterada e Revogada pela Lei Municipal nº 2781/2011

Ata da reunião de Instância de Controle Social do Programa Bolsa Família.

Ata da reunião da ICS-PBF, realizada no dia 29 de janeiro de 2021, via plataforma digital SKYPE, que contou com a presença de conselheiros conforme lista abaixo:

COMISSÃO IV - ICS-PBF	GOVERNO	ORGANIZAÇÃO SOCIAL	TRABALHADOR	USUÁRIO
Rodrigo Salvador Lachi - SEDS	P	***	***	***
Samanta Lima Venâncio	P	***	***	***
Tarciana Vasconcelos da Silva - SMS	Justificado	***	***	***
Nádia Alexandre de S. Queiroz dos Santos - SMS	P	***	***	***
Angélica Egler Graça Gomes - SEDUC	P	***	***	***
Liana Aparecida Julião Pio do Carmo - SEDUC	Justificado	***	***	***
Beatriz Gomes - CAMPS	***	P	***	***
Marciléia P. de Oliveira - SÃO VICENTE DE PAULO	***	P	***	***
Hagnis Cavalcanti	***	***	***	P
Luciléia Siqueira dos Santos	***	***	***	F
Iasmin Siqueira Morais dos Santos	***	***	***	F
TOTAL	**6**	**2**	**0**	**3**

A reunião teve início às 09h10, com o Sr. Rodrigo, dando as boas-vindas a todos e aponta como itens de pauta a serem discutidos: Estabelecimento de diretrizes para a criação do planejamento de forma conjunta e não por política pública, para que na próxima reunião da ICS-PBF possa-se analisar e encaminhar para apreciação do CMAS; diálogo sobre a demanda trazida pelos gestores de território na última reunião realizada com eles, sobre a questão de comprovante de endereço para matrícula escolar além de discutir o cotidiano dos CRAS tendo em vista a retomada das revalidações cadastrais. Sra. Nádia concorda com os itens da pauta, pois entende ser necessário entender o papel da ICS-PBF e de se realizar o cronograma financeiro. Sra. Angélica aponta que não há nada a acrescentar na pauta. Sr. Leandro sugere que a ICS-PBF discuta sobre a proposta do Governo Federal de alteração da gestão do CADUNICO. Dando início as discussões Sr. Rodrigo informa que é necessário discutir as diretrizes para subsidiar a elaboração do plano de ação e plano financeiro. Lembra que devem ser pactuados procedimentos para aplicação financeira. Lembra também que o recurso do IGD – índice de gestão descentralizada é um incentivo de gestão repassado pelo governo federal para os municípios a partir do trabalho desenvolvido e sua aplicação passa pela apreciação da ICS-PBF. Reforça que assim se evita que cada secretaria construa seu plano sem conexão entre as demais, considerando-se que os recursos são limitados. Coloca a questão para o grupo: O que esperamos desse ano e para onde pensamos aplicar os recursos? Lembra também que por ser um ano de Conferência Municipal, 5% do recurso do IGD deve ser direcionado para essa ação. Aponta que ano passado foi elaborado pela ICS-PBF uma estratégia de comunicação, por meio de confecção de boletins. Entendeu-se que seria necessário profissionalizar esse processo deixando-se assim, recursos de 2021 para tal ação, uma vez que é uma forma de contato com a população. Registra que os recursos do IGD também é direcionado para bens permanentes, o que é sempre uma necessidade, considerando as poucas fontes de recursos para essa finalidade. Sugere que a SEDS aponte as unidades que demandem a maior aplicação de investimentos, elaborando um levantamento para constar no plano de aplicação. Sugestão acatada pela Sra. Samanta – SEDS. Em relação a demandas anteriores, Sr. Rodrigo lembra que foram situações indicadas pré pandemia e devem ser reavaliadas considerando a questão de que não temos um cenário propício para retomada de atendimentos coletivos. Sr.

Rodrigo questiona se os demais membros da ICS-PBF tem alguma contribuição para este item da pauta. Sra. Nádia informa que no momento não tem muito o que colocar porque ainda haverá reunião com os serviços da Secretaria de Saúde no início do mês de fevereiro. Informa que as unidades da Saúde permaneceram ativas durante todo o período da pandemia e que deverá ter algo mais significativo para contribuir após a reunião mencionada. Sra. Angélica informa que quem cuida do Programa Bolsa Família na SEDUC é a Sra. Regina Mara e ainda precisam conversar para ter uma resposta mais específica. Sr. Rodrigo solicita então que cada secretaria possa se reunir e na próxima reunião finalizar o plano de ação e financeiro, levando-se em consideração as questões aqui discutidas. Na continuidade passa-se para o próximo item da pauta. Sr. Rodrigo informa que desde 2020 a SEDS está preocupada com a retomada da atualização cadastral. O prazo foi prorrogado mais uma vez pelo governo federal, agora por 90 dias, até o dia 20 de março. Tem-se discutido em como dar conta desse número de atualizações após autorizada a retomada. Caso não houvesse nova prorrogação, se teria cerca de 16 mil cadastros para atualização, o que representa mais que o dobro de que temos anualmente. As famílias não tiveram nenhum prejuízo, mas com a suspensão da prorrogação as famílias terão que atualizar seus cadastros. Tivemos que estabelecer prioridades, sendo: famílias em programas de transferência de renda, famílias beneficiárias do BPC e famílias em acompanhamento nos serviços, o que diminui um pouco o número de atualizações para o momento, mesmo sendo uma prerrogativa do município atualizar todos os cadastros. A nova prorrogação por 90 dias, pode ser uma sinalização de indicação que ao final desse novo período não tenhamos mais prorrogações ou então elas irem sendo com prazos menores. Essas ações da SEDS tem convergência com as diretrizes para 2021 do plano de ação da ICS-PBF que é a estratégia de comunicação com as famílias, o que ajuda a levar informações para a população, evitando-se assim informações equivocadas. Dentro desse contexto deparou-se com algumas questões, principalmente com a questão do comprovante de endereço para matricula escolar. Sr. Rodrigo lembra que a SEDUC já tinha estabelecido orientações sobre documentação para comprovação de endereço, contudo algumas escolas informam que a folha resumo do CADUNICO pode ser um comprovante de endereço. Esta é uma questão para discussão e posicionamento da ICS-PBF onde seus membros devem se manifestar para que possamos pensar um diálogo com as escolas. Sra. Angélica informa que quando se faz a divulgação das matriculas é informado uma série de documentos que são aceitos para comprovação de endereço. O último recurso é a folha resumo do CADUNICO. Essa situação é mais corriqueira em escolas que ficam próximas das divisas da cidade com outros municípios. Contudo, pensa que pode-se pensar em uma forma de diálogo, pois tem escola que não precisa e tem escola que precisa muito dessa informação. Informa que a maior demanda será nos meses de janeiro e fevereiro, para março a situação já está mais equilibrada. Sr. Rodrigo relata que os CRAS se organizaram e a inclusão de novas famílias no CADUNICO nunca parou, a preocupação são as famílias que não tem acompanhamento no CRAS e precisam do comprovante e buscam o serviço com essa finalidade. Imprimir a folha resumo para a família que já está cadastrada é um trabalho do CRAS, a preocupação são para aquelas que não tem cadastro. Sr. Rodrigo sugere que tenha-se acesso ao documento elaborado pela SEDUC que indica os documentos que são aceitos para a matricula. Sra. Angélica informa que irá compartilhar com o grupo. Aponta que esse documento é a portaria que é publicada todo ano quando do período para a matricula e que as escolas seguem essa portaria. Informa que levará essa questão para reunião com os demais supervisores de ensino para que as escolas evitem a indicação do CRAS para obtenção de comprovante de endereço. Sr. Rodrigo aponta que em nenhum momento é para se limitar o acesso a Política de Assistência Social pelas famílias, mas para reduzir a busca apenas pelo comprovante de endereço. Na sequência passa-se para o próximo item de pauta que refere-se a notícia veiculada sobre a mudança do CADUNICO publicada nas mídias. São alterações drásticas no CADUNICO que passaria a ser feito diretamente pela família. Entende-se que será uma perda para a Política de Assistência Social e para a ICS-PBF. Mesmo ainda sendo uma especulação sobre a concretude da notícia, neste contexto deve-se pensar o posicionamento da ICS-PBF nesta questão. Acredita que o governo federal pensou no sistema similar ao aplicativo do Auxílio Emergencial. Aponta que como as famílias que irão responder, deverá haver uma queda no número de dados e possível diagnóstico pelos municípios. Hoje o CADUNICO traz várias informações sobre o perfil das famílias. Outro impacto, é que o CADUNICO como porta de entrada identifica as vulnerabilidades que as famílias possam estar inseridas, onde são feitos os encaminhamentos para os serviços socioassistenciais. Da forma proposta cria um abismo entre a

família e o CRAS. Outro ponto é a questão da marcação do trabalho infantil, que é de livre marcação do município e inseridos em acompanhamento. Essa possibilidade deixará de existir se for uma opção da própria famílias marcar a questão do trabalho infantil. Principal ponto também seria o número de famílias que não tem acesso a celular com aplicativo e acesso à internet que seria a base para acesso ao CADUNICO. Sr. Leandro aponta ainda o impacto nas outras políticas públicas, seja no acompanhamento escolar ou nos cuidados com a saúde, pois se o município não terá a gestão do CADUNICO não se faz necessário um acompanhamento nessas questões. Aponta também que sem gestão de cadastro finda o repasse de recursos para o município, que como já explicado recebe recurso por fazer a inserção e atualização cadastral. Além da questão de fragilizar o acesso a Política de Assistência Social. Sra. Nádia sugere um nota de repúdio da ICS-PBF. Sr. Rodrigo acata a indicação e informa que será levado como pauta no informes do CMAS no item do relato da ICS-PBF, sendo acatado pela AGO será emitida nota em nome do Conselho. Findando a reunião, Sr. Rodrigo lembra que será necessário a indicação da coordenação para a ICS-PBF, contudo sugere que seja pauta para a próxima reunião uma vez que na AGO haverá recomposição das vagas do CMAS e possível recomposição das comissões. Sr. Leandro solicita que as representantes da SEDUC e SMS verifiquem junto aos gabinetes destas pastas a resposta ao oficio do CMAS solicitando a ratificação das conselheiras ou indicação de novos conselheiros, uma vez que houve mudança na gestão municipal. Não tendo mais assuntos a tratar a reunião foi encerrada ás 10h15.

_____

Leandro Lapetina Freire
Secretário Executivo - CMAS